

AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ): um estudo meta-avaliativo

Fábio Paiva de Souza¹

RESUMO:

Este estudo consiste na realização de um estudo meta-avaliativo do Relatório de Auto avaliação Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os procedimentos metodológicos para sua consecução se pautaram na utilização dos padrões correspondentes aos atributos de Utilidade, Exequibilidade e Responsabilização, e seus respectivos padrões, propostos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, para avaliação de programas. Desta maneira, buscou-se meta-avaliar cada atributo citado, considerando seus padrões separadamente. Em seu desenvolvimento foram considerados a compatibilidade dos procedimentos e os resultados do Relatório. Os resultados alcançados mostraram que a avaliação realizada, expressa no Relatório objeto deste estudo, apresentou pontos fortes e pontos fracos no processo auto avaliativo da UFRJ. Como principal ponto forte, pode-se citar os dados disponíveis, fruto da produção de informações relevantes sobre a Universidade. E, como ponto fraco bastante relevante, a falta de profissionais qualificados em avaliação para conduzir o processo auto avaliativo da Universidade.

Palavras-Chave: Avaliação. Meta-avaliação. Ensino Superior.

Avaliação: uma contínua busca pela melhoria da qualidade

Como afirma Kraemer (2006), a palavra avaliação tem sua origem do latim, significando a aferição do valor ou mérito de um objeto ou fenômeno que se observa ou estuda. Esse processo possui o propósito de permitir aos indivíduos adquirirem os conhecimentos necessários sobre o objeto ou fenômeno foco da avaliação. A avaliação é, assim, um importante instrumento para que se tome a decisão mais adequada sobre algo que se deseje conhecer melhor. Ela auxilia também no aprimoramento do conhecimento, revelando os objetivos já atingidos e aqueles a atingir em um determinado problema que se intenciona resolver.

Assim sendo, é lúcido afirmar que o ato de avaliar possui uma amplitude muito maior do que simplesmente se restringir a um único objetivo, o de medir. A ação de avaliar, se realizada com critérios bem definidos e validados por especialistas, além de proporcionar uma tomada de decisão que conduz a resultados mais eficazes,

¹ Mestrando em avaliação – Faculdade Cesgranrio.

eficiente e efetivos. Portanto, é por meio da avaliação que se pode diagnosticar determinadas situações problemas, permitindo ou auxiliando o processo de se sanar diferentes dificuldades que, a todo momento, surgem na vida das pessoas e das organizações.

Considerando o campo de estudo da Educação, Sousa (2000) sustenta que a avaliação, compreendida como sendo um processo de utilização constante, é um instrumento voltado para a identificação de problemas, para a correção de erros e para a introdução de mudanças que constituam melhorias imediatas da qualidade das instituições de ensino. Na mesma linha de raciocínio, Vianna (2010, p.9) sustenta que “uma avaliação procura determinar em que medida o programa teve algum significado para escola e para o sistema ao possibilitar outras experiências e mudanças de comportamento”.

Em relação aos indivíduos afetados pelo processo avaliativo, Penna Firme (1994, p. 5) alerta que existem três tipos de *Stakeholders* que podem ser observados em um contexto em que ocorre um processo avaliativo:

Aqueles que coordenam ou dirigem o programa ou projeto, imprimindo-lhe sua própria filosofia, aqueles que são os destinatários e, portanto, beneficiários do empreendimento, vivenciando seu cotidiano, e aqueles que são vítimas, ou seja, que podem ter sido afetados pelo processo avaliativo, por falhas na sua condução.

Assim sendo, considerando que o resultado da avaliação deve, efetivamente, ser relevante para as pessoas envolvidas no programa, deve-se observar o alerta formulado por Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 593) de que “Todo estudo avaliatório vai ser tendencioso em certa medida”, e esse fato dever ter a atenção tanto de avaliados como de avaliadores, pois avaliar, via de regra, não é um processo simples. Sabe-se que os produtos gerados por uma avaliação malconduzida podem ser errados ou injustos, provocando a sensação de que o processo avaliativo mais atrapalhou do que ajudou. Ao contrário, em uma avaliação bem-sucedida, pode-se conseguir muita contribuição e, julgando seu resultado, se conhecer o real valor daquilo que foi avaliado. Logo, é prudente que todos se preocupem com a avaliação, desde o seu planejamento, até a sua conclusão. Nesse aspecto, pode-se citar alguns importantes atores presente nos contextos onde é realizado um processo avaliativo como, por exemplo:

O avaliador porque seus princípios e sua reputação profissional estão em jogo; o cliente porque não vai querer investir (política ou financeiramente) em descobertas irrelevantes. Ambos têm muito a perder se uma avaliação for comprovadamente deficiente em algum aspecto crucial. (Worthen, Sanders e Fitzpatrick, 2004, p. 593).

Portanto, como afirma Penna Firme (não datado), “Avaliar pode ser um empreendimento de sucesso, mas também de fracasso; pode conduzir a resultados significativos ou a respostas sem sentido; pode defender ou ameaçar”. E é exatamente por isso que avaliar a avaliação torna-se uma importante ferramenta nos processos de melhoria da avaliação, pois, segundo Stufflebeam (1971), a boa avaliação requer que o próprio processo avaliativo seja também avaliado. Esse pensamento é corroborado por Elliot (2011) ao afirmar que a condução adequada das avaliações pode ser posta em cheque por meio de meta-avaliações. É prudente que se lembre que meta-avaliação é a avaliação de uma avaliação, podendo possuir um caráter formativo, no sentido de melhorar um estudo antes que o mesmo se torne irremediavelmente comprometido, ou um caráter somativo cuja principal finalidade é a de aumentar a credibilidade dos resultados finais da avaliação (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 593).

No campo da Educação, a avaliação encontrou um terreno no qual se estabeleceu com segurança e eficácia, tornando-se tanto uma ferramenta fundamental quanto um objeto de estudo. No caso das meta-avaliações, é possível perceber a profundidade das técnicas empregadas e direcionar os passos futuros tanto no próprio esquema avaliativo quanto no processo de construção do conhecimento. É pela meta-avaliação que se assegura e comprova a qualidade das avaliações realizadas, sendo possível estabelecer um acompanhamento e um aperfeiçoamento dos mecanismos utilizados.

Neste estudo, é proposto uma meta-avaliação somativa do Relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que teve como base o ano de 2015 e publicado em 2016, sendo, portanto, um documento recente e que se insere dentro do contexto da busca pela melhoria da instituição que o elaborou.

O objeto de estudo

O Relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) atende às orientações da lei nº 93094/1996, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), contidas no Capítulo IV, Artigo 46, combinada com a Lei nº 10.861, de 14/04/2004 (BRASIL, 2004), que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação Nacional da Educação Superior - SINAES, em Artigos sobre a avaliação de instituições de ensino e, também ao Decreto Nº 5.773, de 9/05/2006 (BRASIL, 2006), alterado pelo Decreto nº 5.840, de 13/5/2006 (BRASIL, 2006), que dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, assim como atende ainda a Portaria Normativa nº 40/2007 (BRASIL, 2007). Ainda são consideradas para a feitura do documento as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES/MEC).

A autoavaliação tem como objetivos levantar dados e informações que fomentem propostas para o aumento da eficiência acadêmica por meio da melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, considerados como os três pilares da instituição superior. Nesse ponto, cabe se ressaltar que também são pensadas pela Universidade as áreas de assistência estudantil e gestão universitária.

A autoavaliação da instituição seguiu as orientações da Nota Técnica CONAES/INEP nº 65/2014 (INEP, 2014), que adota a realização de Relatórios parciais para os dois primeiros anos, e um Relatório final e conclusivo para o terceiro ano, no caso 2018, estando assim constituídos: relatórios parciais e relatório final.

Os relatórios parciais referem-se aos anos de 2016 e 2017 e trazem informações e dados preliminares ou que ainda não estão consolidados para qualificar e quantificar os cinco eixos de análises, podendo, inclusive, apresentar indicadores específicos em apenas um relatório, quando observado pequena ou nenhuma variação de dados e informações. Já o relatório final terá tanto as informações do primeiro quanto do segundo relatórios, assim como o do relatório final. Sua organização é realizada por áreas específicas, de modo que facilite a análise global do triênio e em relação às propostas apresentadas pelos documentos de planejamento, tanto acadêmicos quanto administrativos.

Para além de mostrar as atividades, programas e ações acadêmicas já desenvolvidos, tanto nos vieses acadêmicos quanto administrativos, o que se almeja é ter elementos que possibilitem uma análise crítica de todos esses passos para que

surjam discussões capazes de sinalizar mudanças e/ou aperfeiçoamentos nas ações que, futuramente, possam ser mais produtivas e satisfatórias.

Uma observação importante acerca do documento analisado é que a coleta de dados sofreu uma solução de continuidade com o período de greve que se estabeleceu na UFRJ ao longo do ano de 2015, quando várias unidades acadêmicas suspenderam suas atividades. Em algumas áreas o acesso aos relatórios foi difícil, mas, segundo o texto do próprio documento, não há falhas quanto às responsabilidades regimentais e o texto final garante a abrangência das informações que apresenta nos âmbitos científico, tecnológico, cultural, artístico e social.

O documento analisado, o Relatório de Autoavaliação Institucional UFRJ/2016, apresenta-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro restringe-se à apresentação da instituição e do documento em si, ressaltando seus objetivos o perfil da instituição nos contextos de ensino, pesquisa e extensão. Seguem-se, então o segundo capítulo, de apresentação da metodologia de avaliação adotada na instituição e também as bases da autoavaliação adotada, quais os pontos observados, os objetivos desejados e a importância de se estabelecer parâmetros avaliativos para a melhoria da Universidade e seus processos internos.

A partir do terceiro capítulo, são estabelecidas as bases da avaliação propriamente dita, passando por todos os setores da Universidade, desde a geração/gestão de informações administrativas atreladas às suas estruturas de funcionamento até as unidades dos vários *campi*. São abordadas nesses capítulos ações de ensino e pesquisa de graduação e pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, ou seja, as ações que atendem tanto à comunidade acadêmica quanto à comunidade que recebe a Universidade, e que pode participar de seus projetos. São descritos cinco eixos básicos, subdivididos em tópicos específicos para cada área.

O último capítulo apresenta as proposições para ações futuras comentários finais que sinalizam com uma análise crítica tudo o que foi apresentado. Ele traz três subseções, explicitando tanto os eixos observados quanto a autoavaliação e as proposições feitas quanto indicações de discussões que podem ser encampadas a partir do Relatório.

A metodologia eleita para o estudo meta-avaliativo

O estudo meta-avaliativo foi norteado adotando-se uma perspectiva de análise qualitativa de um Instrumento que procurou descrever um processo avaliativo realizado em uma Instituição de Ensino superior do Rio de Janeiro. A sua intencionalidade foi a de interpretar a avaliação ocorrida e descrita por meio de exposição teórica, procurando-se emitir juízo de valor entre o que foi percebido no instrumento meta-avaliado em função de sua explicação escrita.

Para a realização da meta-avaliação do Relatório de Auto – Avaliação Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, ano base de 2016, foram eleitos os Atributos de Utilidade, Exequibilidade e Responsabilização da Avaliação, propostos pelo *Joint Committee On Standards For Educational Evaluation* (YARBROUGH et al., 2011).

Cabe lembrar que cada Atributo, ou Categoria, é constituído por padrões, cujas definições são descritas de forma sucinta na próxima seção deste artigo. Neste sentido, buscou-se meta-avaliar o Relatório da UFRJ, utilizando como referências as categorias de cada padrão mencionado.

Análise do Relatório sob a perspectiva dos padrões do Atributo de Utilidade

O Atributo de Utilidade está distribuído em cinco padrões: Credibilidade do Avaliador, Atenção aos Interessados (*stakeholders*), Propósitos Negociados, Explicação de Valores, Informação Relevante, Produtos e Processos Significativos, Comunicados e Relatórios Apropriados e no Prazo e Preocupação com Consequências e Influências.

a) Credibilidade do Avaliador

No que concerne à Credibilidade do Avaliador, é preconizado que as avaliações devem ser conduzidas por pessoal qualificado que estabeleça e mantenha credibilidade no contexto da avaliação (YARBROUGH et al., 2011). Ressalta-se nesse aspecto a existência na UFRJ de um histórico de formação de equipes para conduzir as avaliações institucional desde a década de 1970. Esse fato, que foi se consolidando no decorrer do tempo, é evidenciado na criação do Núcleo de Computação Eletrônica – NCE da referida Instituição:

Em 1970, o recém-criado NCE passava a responsabilizar-se pelo processamento de dados da administração da UFRJ e era chamado a atuar como apoio computacional às diversas iniciativas no âmbito da educação e avaliação da UFRJ e ao final da década de 1970 já havia, portanto, na UFRJ uma prática de autoavaliação e, baseando-se em conceitos de meritocracia e busca de excelência, contudo havia o consenso entre os docentes sobre a necessidade de fazê-la. (RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p.14).

Acrescenta-se que houve outras iniciativas, ao longo dos anos, como é descrito no Relatório, sendo uma delas a instituição da Comissão Permanente de Avaliação (COOPERA), em 1991, e a nova COOPERA em 1994. Posteriormente, no “período entre 1996 e 1998, o COOPERA apresentava a cada Unidade da UFRJ uma análise situacional individualizada, para fundamentar a autoavaliação” (RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p.15). Apesar disso, o COOPERA não foi adiante em função de imposições trazidas pela nova LDB (BRASIL, 1996). Com a Lei nº 10.861/04 (BRASIL, 2004), que instituía o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), foram concebidos novos mecanismos de avaliação e a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) nas Universidades públicas e privadas.

Após SINAES, o Relatório menciona que foi criada uma Comissão Provisória de Avaliação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sendo instituída efetivamente, a “Comissão Própria de Autoavaliação / CPA-UFRJ foi implantada em maio de 2012, por meio da Portaria Nº 4162, de 29/05/2012, alterada em seguida pela Portaria nº 3.395, de 27/03/13” (RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 15).

Atualmente, a CPA-UFRJ está constituída por 26 membros titulares e 26 substitutos eventuais, sendo todos são nomeados pelo Reitor mediante portarias (RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 19). Observa-se que a Comissão possui representação docente, discente, técnico-administrativo e da sociedade civil, sendo presidido por representante indicado pelo Reitor da Universidade.

Considerando as recomendações do atributo Credibilidade do Avaliador, constatou-se que o Relatório atende parcialmente a esta categoria. Pois embora, a UFRJ tenha um certo histórico de avaliação institucional, a sua CPA foi somente

instituída anos após a promulgação da lei do SINAES. Além disso, a composição de CAP é política, e não técnica, sendo relevante citar que o órgão não possui em seus quadros pessoal qualificado, com formação ou experiência relevante em avaliação. Os seus integrantes são representante políticos de cada seguimento da UFRJ. Conforme consta no Relatório:

Em decorrência da atual estrutura proposta para a CPA-UFRJ, sua formatação é mais condizente como colegiado do que propriamente uma comissão executiva responsável por pesquisar, coletar e analisar as condições de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Por este motivo, seu regimento estabelece a constituição de um Corpo Técnico, que ficará responsável pelas atividades executivas da CPA, deixando aos membros da CPA a elaboração de proposições e do Relatório de autoavaliação institucional e que, posteriormente, será submetido aos demais membros da CPA-UFRJ, para estabelecer os méritos conclusivos e propositivos ao Relatório. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 26).

b) Atenção aos Interessados

Sobre o padrão Atenção aos Interessados (*stakeholders*), o Relatório destaca que a auto avaliação institucional envolve a participação de todos os seguimentos da Universidade, como professores, alunos e servidores técnico-administrativos. Neste sentido, de forma institucional, toda comunidade universitária está envolvida no processo avaliativo da Universidade, como preconiza em seu Relatório:

A CPA-UFRJ, em atendimento ao que determinam a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e a Portaria MEC nº 2015, de 09 de julho de 2004, nas quais especifica que deve observar todos os seguimentos acadêmicos e da sociedade civil, decidiu, em reunião ordinária acontecida em outubro de 2015, pela seguinte representatividade: A. Representação Docente- é constituída por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, indicados por todos os Centros Universitários, pelo o Fórum de Ciência e Cultura, pelos *campi* Avançados de Macaé e Xerém;. B. Representação Técnico-administrativo- é constituída por 8 (oito) membros titulares e respectivos substitutos eventuais, vinculados às Prós-Reitorias, à Superintendência de Assistência Estudantil e *campi* Avançados de Macaé e Xerém; C. Representação Discente- é constituída por 8 (oito) membros titulares e respectivos substitutos eventuais, sendo formada por 6 (seis) alunos de graduação e 2 (dois) alunos de pós-graduação; D. Representação da Sociedade Civil- é constituída por 02 (dois) membros representantes da comunidade externa à UFRJ titulares e respectivos substitutos eventuais; E. A Presidência da CPA-UFRJ é indicada pelo Magnífico Reitor e aprovada pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva – CSCE, a partir de sugestão da própria CPA-UFRJ (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 19).

Mas, se for considerado a participação dos funcionários terceirizados, que é constituída por uma relevante quantidade de profissionais distribuídos em diversas atividades-meio, pode-se constatar que os mesmos participam efetivamente do cotidiano da Universidade e, apesar disso, não foram mencionados no Relatório avaliativo. Sendo assim, constatou-se que o Instrumento atende parcialmente ao padrão Atenção aos Interessados (*stakeholders*).

c) Propósitos Negociados

Em relação aos Propósitos Negociados, em função do estudo no Relatório da avaliação, a meta-avaliação do mesmo revelou que o processo avaliativo realizado atendeu a este plenamente a esse padrão. Pois, a avaliação institucional vem sendo aprimorada ao longo dos anos e, apesar de deficiências, conta com a participação dos *stakeholders* da comunidade universitária por meio de diversos colegiados e congregações que contam com a participação dos corpos docente, discente e técnico-administrativo da Universidade.

Em relação a esse aspecto, o Relatório aponta que:

Apesar do esforço empreendido pelos organismos universitários na geração de dados e informações e pela própria CPA-UFRJ, há o reconhecimento de que vários itens não estão contemplados neste Relatório ou apresentam dados e informações preliminares sujeitos a revisões posteriores, isto porque o ano de 2015 foi atípico em decorrência de diversos fatos que afetaram as rotinas acadêmicas e administrativas. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 10).

d) Explicitação de Valores

Quanto à Explicitação de Valores, o estudo evidenciou que este padrão foi plenamente contemplado pela avaliação. No Relatório fica claro que a Universidade possui princípios institucionais que são a base dos seus valores, onde também estão intrínsecos a seus objetivos, enquanto instituição universitária. Como é preconizado no instrumento avaliado:

Os princípios que regem a vida universitária na UFRJ são: Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e

patrimonial; Liberdade de cátedra e liberdade de expressão para todos os membros da comunidade universitária; Gratuidade do ensino público em todos os níveis; Democracia interna, de forma a assegurar a representação de todos os segmentos na gestão da Universidade e respeito às decisões dos órgãos colegiados; Conduta ética em todos os campos de atividade, com estrita observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade; Defesa intransigente de seu mais precioso ativo: a diversidade interna, que corresponde às diferenças dos seus objetos de trabalho — cada qual com uma lógica própria de docência e de pesquisa — de suas visões de mundo e dos valores que pratica; Compromisso com a construção de uma sociedade justa socialmente, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade; Valorização da cultura nacional; Comprometimento com a expansão da rede pública de instituições de educação superior; Envolvimento com o sistema de ensino como um todo, em particular com os níveis fundamental e médio. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p.32 e 33).

e) Informação Relevante

Em relação às Informação Relevante, este estudo meta-avaliativo expôs que o Relatório também atende plenamente a este padrão, pois apresenta aos *stakeholders* informações inerentes a vida institucional, cultural, administrativa e política, assim como suas metas, valores e planos, sendo o conjunto desses aspectos considerados como a referência para todos os setores administrativos e acadêmicos da Universidade.

Ressalta-se que as ações institucionais da Universidade são amplamente informadas e debatidas nos órgãos colegiados superiores, como o Conselho de Graduação, o Conselho Universitários e, também, em outros órgãos locais, como as congregações/colegiados de cada faculdade, instituto ou escola superior. Nesses espaços contam com a participação de representantes dos alunos, professores e técnicos-administrativos. Conforme é preconizado no texto a seguir:

Espera-se que os Relatórios de autoavaliação institucional possam não apenas mostrar as atividades, os programas e demais ações acadêmicas e administrativas em andamento ou realizadas pela UFRJ, mas, principalmente, corroborar com uma visão crítica, propositiva, independente e que possa estimular discussões para futuras ações no âmbito da Universidade. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 9).

f) Produtos e Processos Significativos

Em relação aos Produtos e Processos Significativos, este estudo aponta que o Relatório de Autoavaliação Institucional da UFRJ contempla plenamente o que preconiza esse padrão. Nesse aspecto, observa-se que a UFRJ tem envolvido os *stakeholders* no processo avaliativo institucional por meio da inserção de dados e participação política dos seguimentos docente, discente e técnico-administrativo. Neste sentido, a Universidade reconhece os *stakeholders*, buscando atender suas necessidades institucionais e, também, vem trabalhar, por meio da avaliação e planejamento de ações administrativas e acadêmicas, na direção de suprir as suas demandas.

g) Comunicação e Relatórios Apropriados e no Prazo

Em relação ao padrão Comunicação e Relatórios Apropriados e no Prazo, o estudo revelou que, apesar de não haver uma cultura avaliativa disseminada nos grupos sociais que compõem a Universidade, não se pode dizer que a avaliação não faz parte do cotidiano universitário, tanto considerando uma relativa falta de interesse político quanto à pouca relevância dada à avaliação pelos *stakeholders*. Um ponto relevante a se destacar nesse aspecto é que a UFRJ divulga os resultados da avaliação institucional aos seus *stakeholders*, além de dar essa informação aos órgãos públicos que a fiscalizam, como o Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).

O trecho a seguir contempla claramente esse aspecto:

Atendendo à legislação vigente, grande parte das informações referentes às atividades acadêmicas e administrativas, está disponível para consultas complementares no Portal da UFRJ, nas suas respectivas Prós-Reitorias de competências, contendo dados e de informações detalhadas, que por questões de arquivo foram suprimidas ou resumidas neste Relatório, não por isso ignorada nas descritivas e nas análises dos parâmetros necessários à autoavaliação, cumprindo assim as exigências da Lei nº 10.861, de 14/04/2004 e da Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007, ratificada em 29/12/2010 e atendendo à Nota Técnica CONAES/INEP nº 65/2015. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p.18).

h) Preocupação com Consequências e Influências

Em relação à Preocupação com Consequências e Influências, o estudo do Relatório demonstra que este padrão vem sendo atendido nos processos avaliativos da UFRJ. Nesse sentido, observou-se que Universidade tem como norma se preocupar com o sigilo das informações concedidas pelos *stakeholders* na avaliação institucional e, também, com as consequências negativas de uma divulgação indevida.

Sobre esse aspecto, é relevante se observar o preconizado a seguir, em trecho extraído do instrumento de avaliação:

A divulgação preserva o anonimato dos respondentes e inibe a identificação do avaliado envolvido, que por ventura tenha alguma observação espontânea para fazê-lo. (...) A ampla divulgação de resultados individuais pelo dirigente da Unidade não é autorizada, pois o resultado das respostas, enviado às unidades, não é confirmado por qualquer tipo de verificação e pode não representar a opinião de todo o segmento pesquisado, ao contrário, em alguns casos, pode ser tendenciosa, tanto para críticas como para elogios. Por este motivo, somente o próprio pesquisado pode ter acesso aos seus resultados individuais. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p.44).

Em outro aspecto contemplado pela avaliação, considerando a perspectiva deste padrão, o Relatório aponta que os resultados obtidos na avaliação institucional tiveram por consequência a elaboração de análise de resultados, descrevendo as limitações e potencialidades do processo realizado, dentro de eixos de Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão, e Infraestrutura física. Por fim, também aponta as recomendações para solucionar cada limitação, e estabelecer ações para as potencialidades.

Análise do Relatório sob a perspectiva dos padrões do Atributo de exequibilidade

Segundo Yabrough et al. (2011), os atributos de Exequibilidade são compostos pelos padrões Gerenciamento do Projeto, Procedimentos Práticos, Viabilidade do Contexto e Uso dos Recursos.

a) Gerenciamento do Projeto

Analisando-se os aspectos relacionados ao primeiro deles, o Gerenciamento do Projeto, ficou constatado que o Relatório de Avaliação institucional atendeu plenamente ao que prescreve este padrão, pois demonstrou que o processo avaliativo seguiu uma estratégia definida para o gerenciar a avaliação institucional, que vai desde a captação de pessoal até o planejamento das ações para promover o processo avaliativo como um todo, como pode ser constatado no texto expresso no instrumento estudado:

Assim, a CPA-UFRJ está constituída por 26 membros titulares e 26 membros substitutos eventuais e todos são nomeados pelo Reitor mediante portarias. A princípio a CPA-UFRJ se reunia trimestralmente, no entanto após a entrada em vigor de seu Regimento, a CPA faz reuniões mensais para efeito de definições de metas e ações no âmbito da avaliação institucional, assim como planejamento das avaliações das condições de ensino, participação em eventos internos e proposições quanto às orientações e sugestões de melhoria no processo de avaliação de cursos de graduação. No entanto, destaca-se que a principal atribuição da CPA-UFRJ está na coleta de dados e informações sobre ações e programas para análise propositiva destinada à realização do Relatório anual de autoavaliação (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 19).

b) Procedimentos Práticos

Quanto aos Procedimentos Práticos, contatou-se que esse padrão também foi atendido no Relatório de Avaliação da UFRJ, pois seus procedimentos de avaliação estão bem definidos e estabelecidos por meio de portaria institucional. Conforme a seguir observado no Instrumento onde se constata que:

A CPA-UFRJ passou a definir ações tanto no âmbito da avaliação institucional, conforme é determinado em seu Cap. III; Art. 6º: I. Coordenar os processos internos de avaliação; II. Sistematizar e prestar informações ao INEP, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); III. Constituir subcomissões de avaliação com os membros da CPA que poderão recorrer a consultores *ad hoc* para fins específicos; IV. Elaborar e analisar Relatórios e pareceres e encaminhar às instâncias competentes; V. Desenvolver estudos e análises visando o fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional; VI. Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 19).

c) Viabilidade do Contexto

No que se refere à Viabilidade do Contexto, o Relatório de Avaliação menciona que a UFRJ deve fazer a “adequação das estruturas didático-pedagógicas às exigências do desenvolvimento científico e tecnológico e aos valores culturais constitutivos da identidade nacional” (p. 16) e ainda que a Universidade promove políticas para os estudantes, para o patrimônio, para a gestão, e para o pessoal, enfim para a sociedade em geral. Desta forma, pode-se perceber que a Universidade influencia, mais do que é influenciada. Muito se deve aos seus diversos seguimentos, que nem sempre estão dentro de uma posição política comum ou única. Nesta perspectiva, a meta-avaliação revela que este padrão vem sendo atendido parcialmente pela UFRJ, como é preconizado em seu Relatório auto avaliativo.

d) Uso dos Recursos

No que se refere ao Uso dos Recursos, levando-se em conta tanto os recursos humanos da UFRJ, incluindo aí a comissão própria de avaliação-CPA/UFRJ, quanto os recursos materiais, que são os relatórios produzidos pelos setores da Universidade, os relatórios anteriores, além das orientações do INEP, pode-se inferir que este padrão também foi contemplado pelo Instrumento meta-avaliado. Sendo, portanto, atendido pela avaliação realizada. Em relação a esse aspecto, de acordo com o Relatório:

Atualmente, o processo de autoavaliação ainda está sendo consolidado, a partir das orientações do CONAES e do INEP. Por este motivo, justifica-se a adoção de critérios ponderados para se analisar as informações coletadas nos Relatórios fornecidos pelos organismos e setores da gestão acadêmica e administrativa. Alguns desses relatórios ainda não apresentam dados consolidados referentes às ações e metas que foram planejadas para 2015, mas apresentam volume de informação significativo que possibilitam uma análise sistêmica e global sobre as informações contidas. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 20).

Análise do Relatório sob a perspectiva dos padrões do Atributo de Responsabilização da Avaliação

De acordo com Yabrough et al. (2011), no Atributo da Responsabilização são contemplados os padrões referentes à Documentação da avaliação, à Meta-Avaliação Interna e à Meta-Avaliação Externa.

Em relação ao primeiro deles, Documentação da Avaliação, é preconizado que as avaliações devem documentar por completo seus propósitos negociados, designs implementados, procedimentos, dados e resultados. No que se refere à Meta-Avaliação Interna, os avaliadores devem empregar estes e outros padrões aplicáveis para examinar a responsabilização dos delineamentos da avaliação, os procedimentos adotados, as informações coletadas e os resultados. Enquanto que a Meta-Avaliação Externa expressa que os patrocinadores, clientes, avaliadores e outros *stakeholders* devem incentivar a realização de meta-avaliações externas, utilizando estes padrões e outros que forem aplicáveis.

a) Documentação da Avaliação

Em relação a esse aspecto, ficou evidenciado que a Universidade, por meio do trabalho desempenhado pela Comissão Própria de Avaliação-CPA, realiza as suas avaliações em cumprimento rigoroso da legislação em vigor, a partir de documentação gerada pelos setores da própria Universidade que, por sua vez, seguem o que prescreve a legislação federal pertinente ao assunto. A avaliação realizada pela Universidade atua, conforme contempla a legislação, com processos auto avaliativos fundamentados na “análise crítica dos dados e informações gerados pelos organismos e setores que compõem a gestão acadêmica e administrativa, assim como alguns organismos externos que colaboram com a UFRJ.”. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p. 16-17).

Logo, neste estudo meta-avaliativo, pode-se constatar que o padrão referente à Documentação da Avaliação foi plenamente atendido no Relatório de Avaliação Institucional da UFRJ.

b) Meta-Avaliação Interna

Considerando a realização de Meta-Avaliação Interna, ficou constatado no estudo do Relatório que a UFRJ atende a este padrão de Responsabilização da

Avaliação, na medida, em que há uma análise sobre os Relatórios de avaliação já produzidos por setores da própria Universidade, como preconizado a seguir:

Os dados e informações expostos neste Relatório foram coletados, em sua maioria, a partir de Relatórios internos específicos, tais como: Relatório do Sistema de Avaliação de Cursos de Graduação; Relatório de Gestão 2015, Relatório de Atividades SiBI, Relatório da Ouvidoria, entre outros que contém informações sobre o desempenho acadêmico e administrativo da UFRJ. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2015 / 2016, p.18).

Também é exposto no Relatório que a CPA-UFRJ:

Vem desenvolvendo parcerias internas com o intuito de coletar dados e informações junto aos órgãos gestores, aos setores executivos e as coordenadorias de programas para consubstanciar a autoavaliação institucional. Isto porque, os organismos acadêmicos e administrativos que compõem a estrutura universitária possuem independência na elaboração de seus Relatórios de atividades e o fluxo de informação nem sempre é passível de coleta de dados sem haver uma pesquisa que congregue base de dados e levantamento in loco, a fim de verificação de informações pertinentes (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2015 / 2016, p.22).

c) Meta-Avaliação Externa

Como na meta-avaliação os avaliadores não fazem parte da organização, pode-se inferir que no âmbito externo da UFRJ há instituições públicas externas por que avaliam a avaliação institucional da Universidade, como a seguir expresso no instrumento meta-avaliado:

A UFRJ, como autarquia pública federal, está condicionada a prestar informações quando solicitada à **Controladoria-Geral da União – CGU** e suas competências por meio da Lei N° 10.683, de 28/05/2003, em assuntos relativos ao patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão. Da mesma forma, todos os dados e informações referentes à gestão orçamentária e financeira da Universidade são submetidos regularmente ao **Tribunal de Contas da União – TCU**, para análise e parecer, fazendo com que determinados os critérios financeiros estejam em referências aos indicativos estabelecidos por este organismo (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2016, p.18).

Logo, no que se refere à Meta-Avaliação Externa, a análise realizada no Relatório mostrou que a UFRJ cumpriu os requisitos exigidos para o atendimento desse padrão.

Considerações finais

Quadro 1 – Desempenho da avaliação quanto ao conjunto de categorias considerados no estudo com seus respectivos padrões

Padrões Considerados no Estudo Meta-Avaliativo	Atendimento ao padrão
Padrões de Utilidade	
Credibilidade do Avaliador	Atendido parcialmente
Atenção aos Interessados (<i>stakeholders</i>)	Atendido parcialmente
Propósitos Negociados	atendido
Explicitação de Valores	atendido
Informação Relevante	atendido
Produtos e Processos Significativos	atendido
Comunicação e Relatórios Apropriados e no Prazo	atendido
Preocupação com Consequências e Influências	atendido
Padrões de Exequibilidade	
Gerenciamento do Projeto	atendido
Procedimentos Práticos	atendido
Viabilidade do Contexto	Atendido parcialmente
Uso dos Recursos	atendido
Padrões de Responsabilização	
Documentação da Avaliação	atendido
Meta-avaliação Interna	atendido
Meta-avaliação Externa	atendido

Fonte: Os autores.

Conforme exposto no Quadro 1, a meta-avaliação do Relatório de Auto Avaliação Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, ano 2015, revelou que, em linhas gerais, a Universidade atende os padrões de Utilidade, Exequibilidade e Responsabilização da Avaliação propostos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (YARBROUGH et al., 2011) em sua maior parte de modo pleno. No entanto, há de se destacar que o processo de auto avaliação aqui meta-avaliado se baseou em relatórios já elaborados por outros setores da Universidade, gerando uma série de necessidades em relação as ações para reunir os dados acadêmicos, financeiros e administrativos a serem considerados na avaliação.

Pode-se, também, se constatar deficiências no processo auto avaliativo, considerando aspectos como a essência de um projeto avaliativo produzido por pessoas não especializadas em avaliação, pois não há formação de equipe especializada nesse novo campo do conhecimento na Universidade.

Assim, a partir dos resultados alcançados neste estudo, pode-se aferir recomendações à CPA da UFRJ, para que possa ser também constituída por pessoal técnico e qualificado em avaliação. Com o intuito de desenvolver processos avaliativos com mais exatidão e fidedignidade técnica, e menos políticos. Dessa forma se poderá criar na Universidade condições para haver uma cultura avaliativa possuidora de maior qualidade e credibilidade por parte dos interessados na autoavaliação interna dessa importante Instituição de Ensino Superior do País.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_institucional_externa_recredenciamento.pdf Acesso em: 09 de abr. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No 065, Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional DF, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n65_roteiro_relatorio_de_autoavaliacao_institucional.pdf Acesso em: 09 de abr. 2017.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Avaliação da aprendizagem como construção do saber. *V Coloquio Internacional sobre Gestión da Aprendizagem en América del Sur*. Mar del Plata, Dec. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96974/Maria%20Elizabeth%20Kraemer%20-%20Avalia%20a7%20a3o%20da%20aprendizagem%20como%20con.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 05 de abr. 2017.

SOUSA, E. C. B. M. (Org.). *Avaliação institucional: uma abordagem prática*. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, v.6, 2000.

PENNA FIRME, Thereza. Avaliação: tendências e tendenciosidades, Ensaio: avaliação de políticas públicas em avaliação, v.1, nº 2, p. 5-12, 1994.

_____. Os Avanços da Avaliação no Século XXI. Rio de Janeiro, não datado.

Disponível em: [http://lct-](http://lct-e)

ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/Os_avancos_da_avaliacao_do_seculo_XXI.pdf

Acesso em: 05 de abr. 2017.

STUFFLEBEAM, Daniel L. The use of experimental design in educational evaluation. *Journal of Educational Measurement*, 1971.

UFRJ. Relatório de autoavaliação institucional 2016: ano base 2015: parcial I / organização Vicente Cerqueira. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de Programas: concepções e práticas*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.